

Jumbo, agora, é pouco

ARNOLFO CARVALHO

da Editoria de Economia

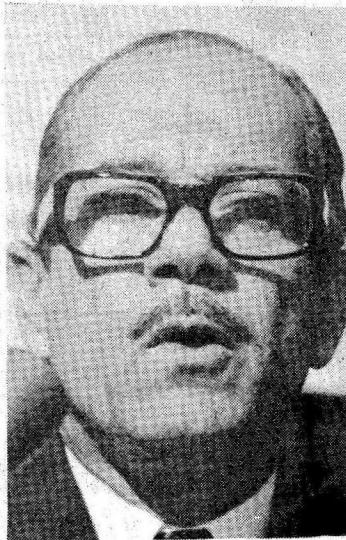
O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, voltaram a estudar ontem no Rio — onde Langoni chegou pela manhã, procedente de Nova Iorque — a possibilidade de encaminharem aos bancos credores um pedido de novos empréstimos jumbos superior aos US\$ 10 bilhões até então programados. Com isto seriam atendidas as necessidades de pagamento dos juros externos deste ano e do próximo, de acordo com fortes governamentais que participam das negociações com os banqueiros.

Na próxima segunda-feira o ministro do Planejamento, Delphim Netto, deverá reunir-se com Galvães e Langoni para montarem um quadro mais preciso da renegociação da dívida externa, tendo em vista que nos últimos dias foram mantidas conversações diretas na Europa (com o Clube de Paris, que reúne os países industrializados com os quais o Brasil quer renegociar US\$ 1,5 bilhão da dívida de US\$ 7 bilhões, e com o diretor-gerente do Fundo Monetário International, Jacques de Larosiere) e nos Estados Unidos.

MUDANÇA

Assessores do Banco Central

Wilson Pedrosa



Galvães e Langoni estudaram a nova proposta

não souberam precisar o resultado das conversações de Langoni com o Federal Reserve (banco central norte-americano), com o governo dos Estados Unidos e com os banqueiros reunidos no Comitê de Assessoramento, formado por 14 dos maiores credores para gerenciar a dívida brasileira, mas admitiram que houve

uma "mudança de atitude" por parte das autoridades brasileiras. Esta mudança seria a disposição, agora, de contrapor à exigência de não renegociar os juros — feita pelos credores — um pedido de recursos em volume bastante superior aos US\$ 9 ou US\$ 10 bilhões até então estimados.

Ainda em Nova Iorque o presidente do Banco Central deixara

claro, na última quinta-feira, que agora o Brasil vai "fazer as coisas direito". Isto quer dizer, segundo seus assessores, que, ao invés de pedir novos empréstimos apenas no volume que os bancos podem emprestar, Langoni apresentará um pedido ao Comitê de Assessoramento de acordo com as reais necessidades de financiamento do balanço de pagamento deste ano e do próximo. Estas necessidades foram estimadas na semana passada, durante sucessivas reuniões entre o Banco Central e o Subcomitê de Economia (sobordinado ao Comitê de Assessoramento), e depois revistas nos Estados Unidos.

A tarefa principal do chefe do Departamento Econômico do BC, Alberto Furugen (que permaneceu nos Estados Unidos até este sábado), seria a de adequar as novas estimativas ao conjunto de estatísticas sobre o país, que está em poder do FMI. Para que os bancos aceitem examinar o pedido brasileiro, é preciso haver antes a concordância do Fundo, encarregado pela comunidade financeira internacional de exigir o cumprimento do "programa de ajuste econômico". De qualquer forma, os novos empréstimos só entrariam em outubro ou novembro, na melhor das hipóteses, embora a maior parte — referente a 1984 — já deva ficar pelo menos assegurada desde agora.